



Gestão e Planejamento de Destinos Turísticos: A importância da união dos poderes público, privado e sociedade

Leylane Meneses Martins

Resumo: O objetivo geral deste artigo é mostrar a importância dos papéis que devem executar poder público, setor privado e comunidade local em favor do desenvolvimento e crescimento do turismo em um destino turístico. E para que possam desenvolver um turismo sustentável, os três agentes precisam trabalhar de forma planejada e unida, através da inserção de uma gestão participativa, integrada e contínua. Com a realização da pesquisa bibliográfica exploratória constatou-se o quão é importante que os agentes se unam e dividam as suas responsabilidades para gerar o desenvolvimento do turismo no destino, de forma organizada, com planejamento, execução e controle das suas ações, beneficiando a todos. E o resultado será tornar o destino mais competitivo e sustentável com o envolvimento e comprometimento dos diferentes atores sociais através de uma gestão compartilhada, descentralizada e participativa.

Palavras-chave: Turismo; Gestão participativa; Planejamento turístico; Desenvolvimento sustentável.

Abstract: The general objective of this article is to show the importance of the roles that public, private sector and local community must play in favor of the development and growth of tourism in a tourist destination. And so that they can develop sustainable tourism, the three agents must work in a planned and united way, through the insertion of participatory, integrated and continuous management. With the accomplishment of the exploratory bibliographical research it was verified how important it is that the agents unite and divide their responsibilities to generate tourism development in the destination, in an organized way, with planning, execution and control of their actions, benefiting all. And the result will be to make the destination more competitive and sustainable with the involvement and commitment of the different social actors through a shared, decentralized and participative management.

Keywords: Tourism; Participative management; Tourism planning; Sustainable development.

Introdução

O Turismo é uma atividade socioeconômica constituída de grandes investimentos dos poderes públicos e privados, que vem atingindo cada vez mais destaque no seu crescimento de forma acelerada e muitas vezes desordenada, ocupando uma das principais atividades na economia mundial, sendo, segundo Oliveira (2000, p. 31), “capaz de produzir um respeitável impacto na economia local. É um meio de redistribuir a renda, captar divisas, [...] promover o desenvolvimento regional e motivar novos investimentos com benefícios sociais”. A atividade turística é altamente competitiva, tendo como medida a excelência, desde o momento em que o turista chega ao destino até a sua partida. O valor e a qualidade da sua experiência dependerão de muitos fatores:

[...] para o turista do século XXI, não basta uma boa estrutura privada para garantir sua satisfação: ele espera contar, ainda, com a receptividade da população local, a limpeza, a segurança, a qualidade dos serviços públicos e a conservação do meio ambiente e da cultura em geral. Daí a importância da gestão profissional e eficaz dos destinos turísticos (VIGNATI, 2012, p. 11).

Para ocorrer a gestão e o desenvolvimento de forma sustentável do destino turístico, a necessidade de convívio da comunidade autóctone nas tomadas de decisões é fundamental, já que a própria comunidade pode simbolizar parte da atratividade local através das



representações cotidianas, históricas e culturais presentes na localidade. Em vista disso, pode-se afirmar que a gestão de um destino turístico deve ser uma gestão participativa, um processo que requeira o espaço e o comprometimento da comunidade nos processos decisórios e estratégicos de desenvolvimento do turismo, colaborando com a execução do planejamento, direção e avaliação dos programas, projetos e todas as atividades que envolvam a atividade. Este comprometimento é uma das características da gestão participativa, orientando a atuação individual de cada pessoa, estando consciente do seu papel e responsabilidade para atingir resultados satisfatórios com os demais envolvidos.

Para ter o desenvolvimento sustentável Hall (2001) e a vantagem competitiva Dias (2008), Valls (2006), Vignati (2012) da atividade turística em um destino é essencial ter todos os agentes (público, privado e comunidade local) envolvidos, trabalhando juntos de forma participativa e integrada em busca da execução do planejamento turístico, ordenamento, incremento de ações de marketing e inovações, para assim atingir objetivos comuns: o desenvolvimento organizado da atividade turística, beneficiando e satisfazendo todos os envolvidos, comunidade local, turista, iniciativa privada e poder público. E como descreve Vignati (2012, p. 16) “o sistema turístico é resultado de uma ampla cooperação e articulação de estruturas privadas, sociais e públicas orientadas para melhorar a rentabilidade e a atratividade de um destino turístico”.

A partir desta premissa, pretende-se com esta pesquisa, mostrar a importância dos papéis que devem desempenhar poder público, iniciativa privada e comunidade local em favor do desenvolvimento e crescimento da atividade turística de um destino, dando suporte de execução em todas as esferas, sejam elas sociais, ambientais ou econômicas, pois conforme o pensamento de Valls (2006, p. 22):

O sucesso da gestão do destino dependerá da capacidade dos diferentes agentes em desempenhar seus respectivos papéis e estabelecer, entre todos, o consenso em torno do modelo de desenvolvimento turístico e da sua aplicação rigorosa ao longo do tempo. A pouca colaboração, ou falta de cooperação, de apenas um desses agentes comprometerá o modelo.

O tema de pesquisa surgiu da preocupação em identificar que a gestão do turismo ainda está muito concentrada nas mãos do poder público, onde os agentes privados (empresários) e comunidade local não são inseridos no processo de gestão, ficando sempre à espera das atitudes dos órgãos governamentais, que muitas vezes, “[...] seja pelo desinteresse e não entrosamento dos agentes envolvidos, seja por processos e políticas de *marketing* mal



elaboradas que não pensam o produto turístico de forma horizontal [...]” (FOGAÇA, 2008, p. 03) ou devido até mesmo pela descontinuidade de gestão política e descaso de explorar e aproveitar o ganho econômico, social e cultural que a atividade turística proporciona. O que acontece é o desenvolvimento de um Turismo amador, por parte dos gestores públicos, sem nenhum planejamento, onde os maiores prejudicados são o turista e a comunidade local, esta sem ter orientação e qualificação para conseguir viver da renda da atividade turística, resultando em desenvolver de forma inadequada e inconsistente, alguma atividade ou serviço para o seu sustento e o caminhar da atividade turística do local. Por isso é importante saber que “o planejamento turístico é o ato de definir os objetivos a alcançar, estipular a forma de atingir as metas propostas e monitorar a implementação para o desenvolvimento de destinos turísticos”. (COSTA, 2001, apud ALVARES; LOURENÇO, 2011, p. 342). Dentre os componentes decisivos que determinam o sucesso de um destino, o planejamento é o que mais se destaca, o qual implica vincular os aspectos relacionados com a oferta, a demanda e, em suma, todos os subsistemas turísticos: ecológico, social, econômico e cultural (BENI, 2008).

A pesquisa será caracterizada como exploratória (DENCKER, 1998), tendo como base o levantamento bibliográfico nos pensamentos dos autores: Oliveira (2000), Hall (2001), Dias (2008), Valls (2006), Beni (2008), Vignati (2012), entre outros. Além de livros, a pesquisa se dará através de meios eletrônicos com leitura de artigos, periódicos e trabalhos acadêmicos para aprofundamento sobre os temas turismo, planejamento turístico, gestão participativa, desenvolvimento sustentável e gestão de destinos turísticos, com análise detalhada acerca dos papéis desempenhados pelo setor público, privado e comunidade local.

Com intuito de contribuir com o progresso e sustentabilidade da atividade turística, o desenvolvimento deste trabalho será fundamental para toda a cadeia produtiva do Turismo, apresentando uma análise sobre a percepção da união dos poderes público, privado e sociedade, a fim de gerar uma contribuição positiva para o crescimento da atividade, em busca de manter o destino com vantagem competitiva a frente de outras destinações, organizando e beneficiando a comunidade autóctone, turistas, setor público e privado através da inserção de uma gestão participativa, contínua e sustentável.

Gestão de destinos turísticos na atualidade

Existem muitas definições sobre o significado de destino turístico, um lugar para onde os visitantes se deslocam para conhecer atrativos e utilizar serviços e infraestrutura básica e



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

turística. De forma mais completa, Medlik (1993, p. 148, apud HALL, 2001, p. 215) conceitua como

países, regiões, cidades ou outras áreas visitadas por turistas. Durante todo o ano, seus encantos atendem a quem ali mora e trabalha, mas em alguns ou todos os momentos os residentes também têm a companhia dos usuários temporários - os turistas. A importância de qualquer unidade geográfica como destino turístico é determinada por três fatores principais: atrações, encantos e acessibilidade, que às vezes são chamados de qualidades turísticas do destino.

Ter um ambiente de qualidade para a comunidade local e experiência do turista é a base da gestão de um destino turístico, pois é a partir dele que todos os processos sociais, ambientais e econômicos se desenvolvem. Entram as políticas públicas de incentivo ao turismo; planejamento e infraestrutura básica e turística; desenvolvimento e qualificação de pessoas; desenvolvimento de produtos e serviços; troca de experiências culturais; tecnologia e promoção de marketing.

O turismo é uma atividade multissetorial desenvolvida em uma destinação, a qual proporciona a interação com diversos elementos materiais, que são os transportes, os meios de hospedagem, os atrativos e as diversões disponíveis e imateriais que são os costumes, hábitos e cultura da comunidade local. “O turismo é uma atividade que integra os povos, amplia nossa visão do mundo e nos enriquece como pessoas, porque, ao praticá-lo, aprendemos a respeitar e a admirar as diferenças entre as diversas culturas” (VIGNATI, 2012, p. 11). Além de oferecer uma variedade de serviços públicos e privados em um único ambiente para geração de renda na sociedade.

Para atrair visitantes, a atividade turística necessita ser organizada e proporcionar qualidade nas suas destinações, envolvendo uma gama de agentes para executá-la, são eles públicos, privados e comunidade local, que muitas vezes com interesses específicos, atuam de maneira isolada e sem a preocupação de se comprometer com a geração de alternativas reais para o crescimento e desenvolvimento do turismo na localidade, onde muitos destinos não possuem bons resultados na gestão da atividade por estar concentrada apenas com um agente social, ocasionando o seu desenvolvimento de forma desorganizada e inadequada, trazendo uma separação visível de riquezas para poucos e pobreza para muitos.

Um dos problemas que acontecem na gestão do turismo está nas ações do poder público: trata-se da descontinuidade da execução de projetos quando ocorre uma troca de governo, meramente por questões políticas, não se preocupando e atingindo diretamente os setores privados, comunidade local e turistas, não tendo um entendimento de responsabilidade e



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

comprometimento com a continuidade de trabalhos que já estão beneficiando a todos. As atividades já realizadas pelo governo antecessor são todas paralisadas, é trocada toda a equipe, sem nem sequer verificar se os profissionais atuais são bons ou não e todos os projetos do governo anterior são ignorados para que novos sejam executados, sem levar em consideração o quão positiva estava sendo até mesmo para a economia do destino.

Apesar das inúmeras razões para a intervenção do Estado no turismo deve-se também ressaltar a existência de falhas na intervenção do setor público, em algumas ocasiões. Tendo em vista que todas as consequências de um programa público são fáceis de prever, deve ser levada em consideração uma série de fatores que condicionam a atuação pública – existência de interesses próprios dentro das administrações públicas e interesses particulares de grupos de pressão – fazendo com que a mesma tome uma direção ou outra (MASSUKADO, 2006, p. 7).

Não é a partir de um sistema apenas político, o qual visa atender interesses próprios, que deve ser construído um processo de planejamento e gestão turísticos, uma vez que, o turismo não é uma atividade que envolve alguns atores sociais da comunidade, mas que depende de todo um complexo sistema de inter-relações entre todos os membros do destino. Existem destinos turísticos que o poder público, tentando organizar a atividade turística, desenvolve documentos chamados de Planos ou Programas de Turismo, com normas, regimentos, objetivos, metas, estratégias e ações, mas que não conseguem êxito porque não colocam em prática o que está no papel e por não incluírem no processo a participação da comunidade local, gestora dos recursos que serão apropriados para a atividade turística e também dos agentes da iniciativa privada (PETROCCHI, 2008; DIAS, 2008). “A falta de autoridades individuais responsáveis pelo desenvolvimento turístico tem mostrado que as autoridades locais e o setor privado muitas vezes ficam confusos diante do processo de desenvolvimento e planejamento turístico” (HALL, 2001, p. 117). Isso implica dizer que iniciativa privada e até mesmo a comunidade local não sabem o que fazer já que o governo não insere eles nos processos de tomadas de decisão. O poder público através de incentivos, planos e programas regionais, poderá até contribuir para expansão e consolidação do turismo, se inserir a iniciativa privada e a comunidade local na gestão, pois “a definição dos rumos do desenvolvimento deve ser decidida pela comunidade local, através de amplo processo de participação que envolve a decisão de escolha dos diferentes caminhos que podem ser seguidos” (DIAS, 2008, p. 27).

Outro motivo de gestões públicas mal sucedidas no turismo, que deve ser destacado, é sua coordenação por pessoas despreparadas, não-qualificadas, que além de não se envolverem



com as questões relacionadas à atividade, ocupam o cargo apenas para manter interesses políticos e “quando o poder público não assume as funções que lhes são atribuídas, o interesse individual pode prevalecer em detrimento dos interesses comuns, ocasionando problemas e desequilíbrios nos destinos turísticos” (ALVARES; LOURENÇO, 2011, p. 343).

Citando a iniciativa privada, (meios de hospedagens, restaurantes, comércio, taxistas, locadoras de veículos, agências de viagens, entre outros), hoje, nota-se que trabalham de forma isolada, sem parceria com poder público e comunidade local, por pensarem que o poder público está presente apenas para sugar mediante cobrança de altos impostos, fiscalização com aplicação de multas e outras atitudes que venham a prejudicar seus negócios, além de não perceberem que o turista só utiliza o seu negócio por conta dos atrativos naturais e culturais que o destino oferece. Portanto esta visão deve mudar e os agentes privados devem demonstrar sua preocupação em ajudar a comunidade local e poder público a conservar, divulgar e valorizar os atrativos e recursos existentes para o desenvolvimento da atividade turística. “A experiência tem ensinado ao setor privado que a satisfação do turista e, a competitividade dos empreendimentos não dependem unicamente da qualidade dos serviços privados, mas da qualidade global do sistema e do território turístico” (VIGNATI, 2012, p. 17).

O comportamento da comunidade local, hoje, é bem passivo, descontente com as ações e atitudes dos gestores públicos em relação ao Turismo e muitas vezes também englobando as outras esferas: sociais, econômicas e ambientais.

Planejar um novo modelo de desenvolvimento sem levar em conta a realidade social, econômica, cultural e relacional dos membros da sociedade primitiva conduz, em primeiro lugar, ao não envolvimento destes com o que se pretende realizar, o que levantará uma barreira intransponível entre essa comunidade e a nova; em segundo lugar, esse modo de atuar impede, para todos os efeitos, um desenvolvimento harmônico do destino turístico, que se converterá em um foco permanente de conflito (VALLS, 2006, p. 26).

Por ficarem de fora da participação nas decisões, acabam sendo obrigados a acompanhar o fluxo de qualquer forma, sem orientações corretas, sem opinar e sugerir para uma atividade que está totalmente inserida, gerando um impacto negativo para o turismo na localidade. A comunidade autóctone irá ver o turismo como uma ameaça, já que não possuem a oportunidade de participar das tomadas de decisões sobre as questões dessa área, ocasionando o sentimento de exclusão, não desejando a presença de turistas na sua localidade. E por conta disso, essa comunidade “[...] não busca qualificar-se para o envolvimento com o turismo,



desenvolvendo atividades sem qualificação que levam a atividade ao descrédito ou, pelo menos, seus negócios ao insucesso” (FOGAÇA, 2008, p. 6). A inclusão e participação da comunidade local na gestão do destino turístico é de fundamental importância pois conhecem a realidade do local, podem ajudar a identificar necessidades e oportunidades, desenvolvendo ações para proteger os atrativos naturais e culturais existentes, bem como podem também obter soluções para ganharem junto com poder público e privado, os benefícios do turismo.

O Turismo possui uma enorme capacidade de gerar riqueza e bem estar para todos os envolvidos e para que isso continue no presente e no futuro, a gestão atual dos destinos turísticos precisa de mudança o mais rápido possível, passando a ser executada com planejamento integrado e participativo entre os agentes públicos, privados e comunidade local. O planejamento do turismo precisa envolver iniciativa privada e a comunidade local na tomada de decisões, incluir e integrá-los em uma gestão compartilhada do turismo, procurando implantar um desenvolvimento sustentável na atividade turística (PETROCHI, 2008). “Em última instância, corresponde aplicar um modelo de desenvolvimento turístico respeitoso com o entorno, responsável e sustentável para que essa riqueza não entre em contradição com o mundo que desejamos legar às gerações futuras” (VALLS, 2006, p. 123).

Gestão de destinos turísticos: a união dos poderes público, privado e sociedade

No ano de 2003, o governo lançou, no dia 29 de abril, o Plano Nacional de Turismo (PNT): diretrizes, metas e programas 2003/2007, documento cuja proposta foi de fortalecer a presença do Ministério do Turismo - MTur como fomentador de integração dos diversos segmentos do setor turístico. A mensagem apresentada no PNT, relatava que

O Plano Nacional deve ser o elo entre os governos federal, estadual e municipal; as entidades não governamentais; a iniciativa privada e a sociedade no seu todo. Deve ser fator de integração de objetivos, otimização de recursos e junção de esforços para incrementar a qualidade e a competitividade, aumentando a oferta de produtos brasileiros nos mercados nacional e internacional (BRASIL, MTur, 2003, p. 6).

O objetivo do PNT era ampliar a oferta de produtos turísticos brasileiros, através da ação e visão compartilhada entre governo, setor privado, sociedade e as organizações não governamentais, fortalecendo o entendimento de descentralização do poder na administração do turismo no Brasil, porém muitos destinos não seguiram o PNT e agora, mas que nunca, precisam se atentar desta necessidade para ter a atividade turística presente e em crescimento cada vez mais no seu produto turístico. A participação, integração e união de três agentes sociais (poder público, privado e sociedade) possuem papéis fundamentais para a execução de



planejamento turístico organizado, correto, com suas ações, controle e avaliações voltados para o desenvolvimento sustentável da atividade turística, onde cada um possui seu compromisso e responsabilidade em prol do turismo. O poder público, responsável pela elaboração de políticas, pelos principais investimentos em infraestrutura básica e turística e pela fixação de regulamentos para os serviços e instalações turísticas acontecerem deve buscar a união com outros setores relacionados ao meio ambiente, educação, emprego, saúde, economia, desenvolvimento rural e urbano para apoiar as atividades voltadas para o setor de turismo. A gestão pública deve preocupar-se em implementar e acompanhar a promoção de marketing do destino, envolvendo todos para buscar alternativas para atrair o turista durante todos o período do ano, principalmente na baixa temporada, incluindo a iniciativa privada no fortalecimento e divulgação da localidade, além de ajudá-los financeiramente, estimulando e facilitando a injeção de mais investimentos para aumentar a competitividade e visibilidade do destino. É importante que os gestores do turismo (público, privado e comunidade local) saibam que a atividade turística é altamente competitiva e que os destinos de maior sucesso e crescimento são aqueles que estão em constante mudanças positivas e rejuvenescimento, renovando seus atrativos, melhorando a prestação de serviços, infraestrutura e equipamentos de apoio ao turismo, respeitando a qualidade de vida da comunidade local e conservação do meio ambiente e investindo em segurança e inovações, através de um gerenciamento contínuo de gestão participativa. Fomentar a qualificação da comunidade e incluí-la nos processos de decisão das ações para o turismo é essencial para se ter uma boa gestão do destino turístico. O setor privado, são empresários que contribuem direta e indiretamente na cadeia produtiva do turismo, mediante a geração de emprego e renda, volume de negócios, além de oferecer serviços com qualidade aos turistas e visitantes na comunidade receptora. E, por fim o terceiro agente é a comunidade local e seus atores sociais que são atingidos direta e indiretamente pelo turismo, compondo o quadro de empregos e colaboradores dos estabelecimentos turísticos privados, além de atuarem como gestores e protagonistas importantes para o turismo através da sua cultura, costumes, saberes, vivências, origem e crenças, representando fator de motivação para a realização da atividade turística. Quando o turismo é detalhado pelo seu desenvolvimento econômico, há uma necessidade por parte da comunidade local de se apropriar desta atividade para também ter o seu sustento através das riquezas geradas, participando com as mesmas responsabilidades que os setores público e privado, além de estimular também o interesse na participação política, estando ligada diretamente ao setor



público como forma de colaborar no desenvolvimento e crescimento do turismo. E assim, neste sentido, tem-se uma gestão participativa do turismo:

A gestão participativa visa, democratizar as relações entre o Estado e a sociedade civil, permitir a expressão criativa dos movimentos sociais, identificarem os problemas locais como um todo, interpretar os interesses específicos das comunidades e discutir possíveis soluções. É desejável que o desenvolvimento local seja discutido, analisado e realizado no âmbito da sociedade local, através da participação direta dos cidadãos (SANT'ANNA, 2001, p. 35).

A gestão participativa do turismo tende a avançar como forma de fortalecer ainda mais o desenvolvimento sustentável do turismo, sendo uma estratégia de união dos poderes público, privado e comunidade autóctone, devendo estes serem os maiores interessados ativamente no processo de desenvolvimento do planejamento, organização e gestão adequados a realidade do destino, priorizando os interesses comuns e benéficos para todos. O objetivo em comum dos três agentes (público, privado e sociedade) será de contribuir para que a atividade turística possa se desenvolver e crescer trazendo benefícios para todos.

Um sistema é como um conjunto de elementos que se organiza para produzir um resultado específico. O sistema turístico é resultado de uma ampla cooperação e articulação de estruturas privadas, sociais e públicas orientadas para melhorar a rentabilidade e a atratividade do destino turístico. Com base nessas assertivas, não é difícil perceber que a cooperação entre o setor público, o privado e a sociedade civil é essencial para estimular o desenvolvimento da atividade turística (VIGNATI, 2012, p. 16).

Mas para atingir este objetivo, minimizando os impactos potencialmente negativos e maximizando os positivos, é necessário a união, interação e compromisso de todos na tomada de decisões, elaboração e execução de um planejamento turístico participativo que possa ser implementado na realidade local, mediante o desenvolvimento sustentável de um conjunto de ações descentralizadas e monitoramento contínuo da atividade turística. O planejamento ajuda

a contribuir para formas mais sustentáveis de turismo nas quais se vê o equilíbrio das metas econômicas, ambientais e sociais e que geram resultados mais justos às partes interessadas, o que significa não apenas os incorporadores, o setor turístico e o turista, mas também a comunidade maior cujo destino está sendo consumido (HALL, 2001, p. 35).

Seguindo esta afirmação, o planejamento turístico propõe uma gestão participativa, integrada em favor de todos e por todos os agentes sociais envolvidos e, como salienta Oliveira (2000), conserva uma relação de interdependência e ajuda mútua de todos que vivem na comunidade local receptora, para que todos se envolvam não só objetivando o ganho econômico, mas buscando na participação social e equitativa, uma contribuição duradoura para que o turismo possa utilizar os recursos naturais e culturais do destino minimizando o seu esgotamento, a



degradação ambiental, o rompimento cultural e a instabilidade social, propondo assim um desenvolvimento sustentável da atividade turística

É importante deixar claro que a sustentabilidade dos destinos turísticos depende, em grande parte, da capacidade de participação e engajamento efetivo da sociedade. Não basta que o governo defina regiões e crie produtos ou roteiros turísticos para entrar no mercado. É preciso que a sociedade se apodere deles, lidere seu desenvolvimento e trabalhe em cooperação com o Estado para estimular a organização de verdadeiros sistemas turísticos que sejam ofertados ao mercado (VIGNATI, 2012, p. 59).

A sustentabilidade é um termo que mostra possibilidades e soluções para prazos infinitos, onde unidos, todos os envolvidos poderão executar a sua parte através de um planejamento preocupado com a preservação e valorização dos recursos ambientais, sociais e econômicos, em busca de achar soluções em conjunto, de forma harmônica e integrada com os demais envolvidos, construindo assim uma gestão de destinos turísticos participativa e colaborativa em prol do crescimento do turismo. “Se o turismo quiser se tornar a indústria bem-sucedida e duradoura que muitos afirmaram ser, deverá ser planejado e administrado como uma indústria de recursos renováveis, baseada em capacidades locais” (MURPHY, 1985, p. 153 apud HALL, 2001, p. 57).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é uma atividade altamente competitiva, econômica e social. Tem ganhado espaço e atenção nas esferas públicas, privadas e na sociedade, sendo percebido como um fator positivo capaz de impulsionar a economia, alavancar o desenvolvimento socioeconômico e de ajudar as gerações futuras, respeitando os recursos ambientais, sociais, econômicos e culturais através do desenvolvimento sustentável na destinação, aplicando estratégias para obter resultados cada vez mais crescentes no gerenciamento dessa atividade. Uma dessas estratégias é a descentralização do poder da administração pública do turismo, através de uma gestão participativa, integrativa e compartilhada, unindo os setores público, privado e a comunidade local em busca de desenvolver a atividade turística de forma planejada e sustentável.

O planejamento turístico e suas etapas de execução, acompanhamento, direção e controle contínuos serão indispensáveis para o ordenamento das ações corretas para o crescimento do destino turístico, com mínimos impactos negativos, tendo a união na relação poder público, iniciativa privada e comunidade local o tripé de sua sustentação.

A pesquisa mostrou que é possível desenvolver o Turismo de forma sustentável colocando em prática um planejamento turístico com etapas de execução, acompanhamento, direção e



controle de forma organizada para que o Turismo possa prosperar e caminhar de forma harmônica sob a gestão coordenada, compartilhada e participativa do poder público, da iniciativa privada e da comunidade local, a fomentar renda, trabalho e o desenvolvimento sustentável, priorizando o bem-estar da comunidade local, respeitando sua qualidade de vida e a do turista.

Com a união dos três agentes sociais, sendo partícipes dos processos decisórios da atividade turística, conseguirão dar continuidade à Gestão de um destino turístico, independente da troca de governança, inserção de novos parceiros ou equipamentos, sempre de forma participativa e com inovação, para atrair cada vez mais turistas, elevando gradativamente a competitividade do destino.

Dissertar e argumentar sobre o desenvolvimento, crescimento e competitividade de um destino turístico requer uma análise do seu processo de planejamento, políticas públicas, governança e ações de marketing.

A finalidade da análise empreendida não foi de mostrar ações impossíveis, mas sim de demonstrar que a inserção da presença da iniciativa privada e da comunidade local unidas ao poder público, em todos os processos de gestão da atividade turística colaboram para o desenvolvimento sustentável do turismo através de uma gestão participativa com contribuições em prol do desenvolvimento do destino turístico.

Referências

ALVARES, Daniela Fantoni; LOURENÇO, Júlia Maria B. B. Planejamento, Competitividade e Gestão do Turismo em Ouro Preto-Brasil. *International conference on tourism & management studies*, Algarve, book of proceedings vol. I, p. 340-348, 2011. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5018506.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BENI, Mario Carlos. *Análise estrutural do turismo*. 13. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo: diretrizes, metas e programas – 2003/2007*. Brasília, 2003.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. 7. ed. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Reinaldo. *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

FOGAÇA, Isabela de Fátima. Gestão de destinos turísticos: Um ensaio à discussão dos papéis do poder público, iniciativa privada e sociedade civil para um turismo consistente. In: V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR), 2008, Caxias do Sul. *GT06 Gestão responsável do turismo*. Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina. Caxias do Sul, 2008. Disponível em:



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

<http://www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur%20/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_5/trabalhos/gt06>. Acesso em: 30 mar. 2017.

HALL, Colin Michael. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. Tradução por Edite Sciulli. São Paulo: Contexto, 2001.

MASSUKADO, Márcia Shizue. Políticas públicas: estratégias governamentais de intervenção no turismo. *Global Tourism*, São Paulo, v. 2, n. 1, 2006.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. *Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2000.

PETROCCHI, Mario. *Turismo: Planejamento e gestão*. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

SANT'ANNA, Dalva Garcia. *Gestão participativa para um turismo sustentável: o caso da costa do descobrimento*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2001.

VALLS, Josep-Francesc. *Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis*. Tradução por Cristiano Vasques e Liana Wang. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VIGNATI, Federico. *Gestão de destinos turísticos: como atrair pessoas para polos, cidades e países*. Rio de Janeiro: Ed. Senac Rio de Janeiro, 2012.